ISSN: 2358-8829

O COENSINO COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA CRIANÇAS COM TDAH EM UMA ESCOLA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE CAROEBE/RR

Táthyna de Araújo Rodrigues Soares[1]
Thaygla Rodrigues Soares[2]

INTRODUÇÃO

O ensino colaborativo, comumente denominado coensino, configura-se como uma estratégia essencial de apoio à inclusão escolar, consubstanciada na parceria cooperativa entre o docente da classe comum e o professor especializado em educação especial (ZERBATO, 2014, p. 38). Embora não constitua uma proposta inovadora no âmbito da educação inclusiva, a efetivação dessa prática ainda enfrenta barreiras estruturais e operacionais significativas no cotidiano escolar. Todavia, investigações conduzidas por Zerbato (2014) e Vilaronga e Mendes (2014) evidenciam que o coensino exibe alta eficácia na inclusão educacional dos discentes pertencentes ao Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), com particular ênfase naqueles diagnosticados com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

Conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR), o TDAH caracteriza-se como um transtorno do neurodesenvolvimento que compromete os domínios da atenção, da hiperatividade e da impulsividade, podendo manifestar-se sob apresentação combinada (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2023; PISACCO, 2016). Estudos apontam que discentes com TDAH apresentam probabilidade de duas a três vezes maior de vivenciarem o fracasso escolar quando comparados aos seus pares com desenvolvimento típico e capacidades intelectuais equivalentes, sendo este insucesso um dos principais indutores de avaliações clínicas especializadas. Essa conjuntura vulnerável acentua-se de maneira expressiva nas instituições de ensino situadas no contexto rural.

A educação do campo fundamenta-se nas especificidades regionais, socioculturais, nos modos de vida, saberes e valores peculiares às identidades amazônicas (SOUZA et al., 2024). Sua trajetória histórica é marcada por reivindicações contra a marginalização social e pela

[1] Pósgraduanda do Curso Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI), da Universidade Federal de Roraima-UFRR, autoraprincipal, tathyna.araujo.ufrr.t5@gmail.com;
[2] Graduanda pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal de Roraima - UFRR, coautora1@email.com;tathynar@gmail.com;

ISSN: 2358-8829

consolidação de uma sociedade equânime. Entre os óbices primordiais para a concretização da educação inclusiva nesse cenário destacam-se a deficiência na formação continuada dos docentes, a escassez de recursos pedagógicos, as limitações de infraestrutura e os desafios logísticos, a exemplo da precariedade do transporte escolar e do isolamento institucional (PEREIRA, 2023).

Diante da carência crônica do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas rurais — cuja ausência fere preceitos constitucionais e legais amparados pelo Art. 27 da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) —, o coensino emerge como uma alternativa metodológica viável para suprir tais defasagens. Assim, o presente estudo objetiva observar e descrever de que maneira o coensino, enquanto práxis pedagógicas, pode otimizar o processo de ensino-aprendizagem de alunos do PAEE em uma escola do campo no município de Caroebe, Roraima. Como objetivos específicos, propõe-se a identificar os desafios operacionais do coensino na educação do campo, mapear as estratégias cooperativas adotadas pelos docentes e analisar os impactos dessas práticas no desenvolvimento escolar dos discentes. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como descritiva e qualitativa, pautada na observação não participante. Os resultados preliminares apontam para severas limitações estruturais e ausência de suporte especializado, evidenciando a urgência de modelos colaborativos e a revisão de instrumentos normativos internos, como o Projeto Político-Pedagógico (PPP). Conclui-se que a institucionalização do coensino representa um avanço indispensável para assegurar a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A presente pesquisa foi desenvolvida no município de Caroebe, situado na zona rural do estado de Roraima, Região Norte do Brasil, com coordenadas geográficas de Latitude 0° 53' Norte e Longitude 59° 41' 42" Oeste. O acesso à localidade realiza-se por meio da rodovia BR-174 a partir de Boa Vista, capital do estado, transcorrendo uma distância aproximada de 353 km rumo ao sul. A economia local sustenta-se fundamentalmente nas atividades agropecuárias e extrativistas, com destaque para a produção de banana, cacau, gado de corte e castanha-da-amazônia.

Sob o aspecto metodológico, o estudo adota uma abordagem qualitativa, estruturada sob um delineamento descritivo e de observação não participante. O escopo investigativo

concentrou-se em examinar as potencialidades e os limites do coensino como intervenção pedagógica voltada para o atendimento de educandos com TDAH.

O lócus da pesquisa consistiu em uma instituição de ensino localizada na rodovia BR-210, Km 118, operada mediante regime de colaboração administrativa entre os poderes municipal e estadual. No turno matutino, a unidade atende a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental sob tutela municipal; no período vespertino, acolhe os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio sob responsabilidade estadual. Conhecida popularmente como "Jatapulândia" devido à proximidade com o Rio Jatapú, a escola abrange, além da sede, duas salas de extensão localizadas na Vicinal 07, totalizando cerca de 37 alunos distribuídos em classes multisseriadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se nas contribuições da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e da Educação do Campo, articulando discussões sobre as necessidades educacionais dos estudantes, as práticas pedagógicas inclusivas, o ensino colaborativo e os desafios enfrentados pelas escolas rurais. Para isso, são consideradas as contribuições de Pisacco (2016), Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), Zerbato (2014), Molina e Freitas (2011), Drago (2011), Carvalho (2009) e Costa, Bueno e Vilaronga (2024), além dos marcos normativos relacionados à educação especial.

No que se refere às características do público atendido, Pisacco (2016) discute os impactos do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) sobre as funções executivas, a autorregulação e os processos de aprendizagem escolar. Essas características podem se manifestar em dificuldades de organização, planejamento e realização de tarefas acadêmicas, exigindo que o professor considere as particularidades de cada estudante no planejamento das atividades. Nesse sentido, a adoção de estratégias pedagógicas diversificadas e de intervenções estruturadas pode contribuir para o envolvimento dos alunos e para o desenvolvimento de suas aprendizagens.

A presença do estudante na sala de aula comum, por si só, não garante condições adequadas de aprendizagem. É necessário que a escola organize práticas pedagógicas que considerem as necessidades individuais, promovam a participação nas atividades curriculares e ofereçam os apoios necessários ao processo educativo. Essa compreensão evidencia a importância da colaboração entre os profissionais da educação e da construção de estratégias que favoreçam a aprendizagem no contexto da turma regular.

ISSN: 2358-8829

Nessa perspectiva, Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) apresentam o Ensino Colaborativo, também denominado coensino, como uma possibilidade de organização do trabalho pedagógico voltado à inclusão escolar. Essa proposta envolve a parceria entre o professor da classe comum e o professor de Educação Especial, que compartilham responsabilidades relacionadas ao planejamento, ao desenvolvimento das atividades e à avaliação da aprendizagem. Em vez de concentrar o atendimento especializado exclusivamente em espaços separados, o coensino possibilita que os apoios pedagógicos sejam articulados ao currículo desenvolvido na sala de aula regular.

A colaboração entre os profissionais, entretanto, exige mais do que a presença simultânea de dois professores no mesmo ambiente. Conforme a discussão apresentada por Zerbato (2014), é necessário superar práticas individualizadas e construir uma atuação conjunta, baseada no diálogo, no planejamento compartilhado e na corresponsabilidade pelo processo de ensino e aprendizagem. Essa organização favorece a diversificação das estratégias pedagógicas, a flexibilização das atividades e a busca coletiva de alternativas diante das dificuldades encontradas no cotidiano escolar.

Entre as possibilidades de organização do coensino, destacam-se o ensino por estações, o ensino paralelo, o ensino alternativo e o ensino em equipe. Essas modalidades permitem organizar diferentes formas de participação dos estudantes, considerando os objetivos da aula, as características da turma e as necessidades de apoio identificadas. Dessa maneira, o ensino colaborativo pode contribuir para que os estudantes recebam acompanhamento pedagógico adequado sem que sejam afastados das experiências de aprendizagem compartilhadas com os colegas.

A discussão sobre a inclusão escolar assume particularidades quando relacionada à Educação do Campo. Molina e Freitas (2011) abordam aspectos que envolvem a organização e os desafios da educação nas áreas rurais, contexto em que as condições de infraestrutura, as distâncias geográficas e as dificuldades de acesso a determinados serviços podem interferir no desenvolvimento do trabalho pedagógico. Tais condições precisam ser consideradas na análise das possibilidades de atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial, especialmente quando há limitações na oferta de profissionais especializados e de serviços de apoio.

Nesse cenário, a construção de práticas inclusivas depende tanto da atuação dos professores quanto das condições institucionais oferecidas às escolas. A escassez de recursos, a dificuldade de acesso à formação continuada e a insuficiência de apoio especializado podem ampliar os desafios enfrentados pelos profissionais que atuam em contextos rurais. Por isso,

ISSN: 2358-8829

torna-se importante compreender a inclusão escolar considerando as características do território, as condições concretas de trabalho e as possibilidades de articulação entre os profissionais da educação.

No campo normativo, a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 constitui um marco histórico para a organização da Educação Especial na educação básica, ao estabelecer diretrizes nacionais para o atendimento educacional dos estudantes com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2001). A análise desse documento contribui para compreender a trajetória das orientações educacionais voltadas à oferta de apoios e à organização dos serviços especializados. Entretanto, a discussão sobre a inclusão escolar também exige considerar a legislação atualmente vigente, de modo a compreender as responsabilidades dos sistemas de ensino e as condições necessárias para o atendimento dos estudantes nas escolas regulares.

A institucionalização das práticas inclusivas também envolve a organização do Projeto Político-Pedagógico (PPP), documento que orienta as ações educativas e os compromissos assumidos pela comunidade escolar. Nesse sentido, as contribuições de Drago (2011) e Carvalho (2009), conforme mobilizadas nesta pesquisa, permitem discutir a importância de organizar as ações pedagógicas e os apoios educacionais de maneira articulada ao funcionamento da escola. A inclusão não deve depender exclusivamente de iniciativas individuais dos professores, mas integrar o planejamento institucional, a formação dos profissionais e a construção de estratégias de acompanhamento dos estudantes.

É importante, nesse contexto, distinguir as atribuições dos diferentes profissionais envolvidos no processo de inclusão. A atuação do professor de apoio, quando prevista e organizada conforme as normas aplicáveis, não se confunde automaticamente com a proposta de coensino. Esta pressupõe uma parceria pedagógica entre os docentes, com planejamento conjunto, decisões compartilhadas e corresponsabilidade pelo ensino. Essa distinção contribui para compreender como as formas de organização do trabalho escolar podem favorecer ou limitar a construção de práticas inclusivas.

Nessa direção, Costa, Bueno e Vilaronga (2024) são mobilizados para discutir o coensino como uma forma de atuação integrada entre o professor da classe comum e o profissional especializado, fundamentada na cooperação, no compartilhamento das decisões pedagógicas e na responsabilidade pelo desenvolvimento acadêmico dos estudantes. Essa perspectiva reforça a importância de superar ações fragmentadas e construir formas de trabalho que articulem os conhecimentos dos profissionais às necessidades identificadas no cotidiano da sala de aula.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A instituição investigada atende aproximadamente 140 educandos, todos procedentes de zonas rurais e vicinais circunvizinhas, dependendo estritamente do transporte escolar público. Nos períodos chuvosos, as estradas tornam-se intrafegáveis, impondo rotinas exaustivas aos discentes, que frequentemente iniciam o trajeto ao amanhecer e retornam apenas ao entardecer. Dentre o corpo discente matriculado, dez alunos possuem diagnósticos consolidados de TDAH, Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Deficiência Intelectual (DI), todos associados a comorbidades.

Apesar da demanda acentuada, constatou-se a inexistência de Atendimento Educacional Especializado (AEE), de professores de apoio ou de equipe multiprofissional na unidade. O único suporte disponível restringe-se à atuação de uma cuidadora com formação em nível médio, cujas atribuições limitam-se ao auxílio de higiene e cuidados pessoais de um único aluno, privando os demais estudantes de mediação pedagógica especializada.

Um achado empírico relevante refere-se à atuação de uma docente que acumula funções: atua como regente na escola sede no período matutino e exerce as atividades de professora de AEE em outra instituição localizada em uma vila adjacente à BR durante o turno vespertino. Ademais, a análise documental do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal 12 de Outubro (2025) revelou que, embora o documento propugne a gestão democrática e a qualidade do ensino, ele omite completamente diretrizes direcionadas à educação inclusiva e às práticas de coensino.

Essa lacuna documental reflete a complexidade apontada por Drago (2011), ao destacar que a inserção de alunos com transtornos globais do desenvolvimento e deficiências na rede regular permanece permeada por incertezas operacionais. Em contrapartida, a articulação teórica de Carvalho (2009) e Costa, Bueno e Vilaronga (2024) valida a premissa de que a cooperação sistemática entre os profissionais da educação comum e especial mitiga as barreiras de aprendizagem, transformando o espaço da sala de aula em um ambiente verdadeiramente colaborativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação evidenciou que o atual regime de colaboração entre os âmbitos municipal e estadual mostra-se insuficiente para assegurar o suporte educacional adequado aos

alunos com necessidades educacionais especiais e TDAH na escola do campo analisada. Como alternativa viável de intervenção, propõe-se a formalização de um modelo de coensino fundamentado na otimização da carga horária da docente que já atua no AEE em período alternado, viabilizando sua inserção colaborativa na escola sede durante o turno vespertino.

Ademais, recomenda-se a revisão imediata do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição para contemplar explicitamente diretrizes de inclusão e metodologias colaborativas, superando a atual omissão institucional. Conclui-se que a adoção estruturada do coensino, somada ao fortalecimento do suporte pedagógico, constitui um passo decisivo e imperativo para assegurar o direito à aprendizagem equitativa e o desenvolvimento integral dos educandos do campo.

Palavras-chave: Coensino; Educação do Campo; TDAH; Inclusão Escolar.

AGRADECIMENTOS

Os autores expressam seus agradecimentos à comunidade escolar da instituição investigada pela colaboração e abertura institucional durante a realização da pesquisa de campo.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR. 5. ed., rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 set. 2001. Seção 1E, p. 39-40. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CARVALHO, Maria Celeste Neves. Professores de apoio Educativo: Mediadores? Como? Quando? 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

COSTA, Juliane Dayrle Vasconcelos da; BUENO, Adriana Correa; VILARONGA, Carla Ariela Rios. Caso de ensino como recurso reflexivo da potencialidade do coensino no Estado de São Paulo. Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem, v. 8, n. 17, p. 12-30, 2024. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/educacaoculturalinguagem/article/view/8287/6395>. Acesso em: 24 nov. 2025.

DRAGO, Rogério. Inclusão escolar e atendimento educacional especializado no contexto do projeto político pedagógico. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 27,

n. 3, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/26105>. Acesso em: 24 nov. 2025.

ESCOLA MUNICIPAL 12 DE OUTUBRO. Projeto Pedagógico. Caroebe: Escola Municipal 12 de Outubro, 2025.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Célia de Abreu (Org.). Educação do Campo. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 1-177, abr. 2011. Disponível em: <https://portalbiblioteca.ufra.edu.br/images/Ebook/letrasportugues/educacaodocampo.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2025.

PEREIRA, J. B. Educação Especial na Educação do campo: diálogos sobre práticas pedagógicas inclusivas em sala multisseriadas. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

PISACCO, N. M. T. Expressão escrita de estudantes com Transtorno de Déficit de atenção/hiperatividade: caracterização e intervenção. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SOUZA, Arlene Oliveira et al. Harvesting Bertholletia excelsa Bonpl. in a western Amazon rural community: local ecological knowledge and meaning to "nut-crackers". Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine, v. 19, n. 1, 2023. DOI: https://doi.org/10.1186/s13002-023-00635-y.

ZERBATO, Ana Paula. O papel do professor da Educação Especial na proposta do co-ensino. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.